

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: PENSANDO QUESTÕES DE AUTOGESTÃO COM
LEOPOLDINA - ZONA DA MATA MINEIRA**

Natália Maria da Cruz Ferreira

Campina Grande - PB
2023

NATÁLIA MARIA DA CRUZ FERREIRA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: PENSANDO QUESTÕES DA AUTOGESTÃO DA
POPULAÇÃO LEOPOLDINENSE NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Especialização
em Administração Pública Municipal
parcial para obtenção do título
especialista.

Professor: Me. Orlando Gomes da Silva

Campina Grande - PB
2023

F383e

Ferreira, Natália Maria da Cruz.

Economia solidária: pensando questões de autogestão com Leopoldina - Zona da Mata mineira / Natália Maria da Cruz Ferreira. – Sousa, 2023.

22 f. : il. color.

Artigo (Especialização em Administração Pública Municipal) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2023.

"Orientação: Prof. Me. Orlando Gomes da Silva".

Referências.

1. Economia Solidária. 2. Mulheres – Trabalho – Leopoldina-MG. I. Silva, Orlando Gomes da. II. Título.

CDU 330.873(043)

ECONOMIA SOLIDÁRIA: PENSANDO QUESTÕES DE AUTOGESTÃO COM LEOPOLDINA - ZONA DA MATA MINEIRA

Resumo:

Este artigo parte da premissa que as regras e funcionamentos das práticas com economia solidária não substituem, mas podem ocupar espaço junto ao capitalismo. O texto é resultado das reflexões ao longo da pós-graduação em Administração Pública Municipal de uma Universidade Federal do Nordeste do Brasil. A problemática aqui abordada parte da noção de que tendo o capitalismo como características fundamentais a competição e a exploração do trabalho, se torna complicado para iniciativas solidárias se apoiarem integralmente nessas práticas, requerendo então uma necessária intervenção do Estado nesses processos organizativos, de forma que as iniciativas praticantes da economia solidária possam lastrear suas atividades com trabalho decente e colaborarem entre si ao invés de competirem. O objetivo buscado para este texto foi o de refletir sobre a economia solidária com um grupo leopoldinense e nossa percepção de inserção no mercado. O método conformador deste trabalho é uma construção entre a abordagem de histórias de vidas e compreensões de situações sociais sob uma possível ótica da gestão pública municipal. Coloquei aqui em andamento um ensaio de etnografar em casa, uma vez que me atravessa a autoria também como parte dessas iniciativas de economia solidária em Leopoldina. Como resultado, reflito sobre epistemologicamente e como praticante, pois primeiro situo uma compreensão conceitual sobre economia solidária para em seguida trazer histórias de vidas que perpassam por Leopoldina e esse trabalho, no qual contextualizo o município, abordo especificamente os empreendimentos de economia solidária e destaco a divisão sexual e a ampliação da noção de trabalho nessa realidade capturada.

Palavras-chave: economia solidária, mulheres, Leopoldina.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade é regida pelo sistema capitalista. Esse sistema é resultado da Revolução Industrial, no século XVIII. Os pilares do capitalismo são voltados para propriedade privada, dinheiro através dos lucros, trabalhadores assalariados e divisão de classes. Dessa forma, entende-se globalmente a economia de mercado como algo voltado para competitividade. Assim, o produto ou serviço que melhor agrada o consumidor irá ter maior saída, fazendo o nome no mercado e gerando lucros significativos.

Existe dentro desse sistema uma competição, predominando quem investe maior capital, mão de obra e recursos, além das estratégias de marketing e vendas. A livre concorrência,

supostamente, faz parte desse mercado, resultando em diferentes arranjos situacionais. Nesse sistema, a interferência do Estado não é tamanha, ou é imperceptível no geral, porém, as organizações de mercado podem ser mais ou menos fortes em seus campos de atuação a depender de seus relacionamentos também com o Estado.

O sistema capitalista não está voltado somente para as questões econômicas, mas está atrelado também a questões sociais e políticas. Vamos perceber que o capitalismo, mesmo com algumas vantagens, tem essa característica da competição, cujo foco é em otimização de recursos financeiro-econômicos, é que formam processos que acabam por alargar ainda mais as desigualdades.

A competitividade de mercado, mesmo com vantagens como uma diversidade de produtos, tira, ao mesmo tempo, diversos indivíduos do sistema de trabalho. As pessoas são substituídas por máquinas, tecnologias avançadas e robotizadas que na conta do custo-benefício acaba por ser mais barata para a empresa, mesmo que a longo prazo. Além disso, os próprios donos das empresas quando não acompanham o nível da competição, contraem dívidas (falindo) ou fechando as portas. Quando não o fazem por fraude e outras artimanhas possíveis do sistema capitalista.

Por isso, pensando uma sociedade mais justa e igualitária, o sistema de economia solidária, através da metodologia da cooperação, torna-se um sistema econômico que pode vir a melhor atender a algumas especificidades sociais. Pensando na lógica de um grande ecossistema empresarial, cada tipo de iniciativa atua em sua área específica, entendendo que o produto é resultado da combinação de vários setores que só funciona porque um está diretamente relacionado ao outro.

Acredito que quando adquirimos consciência de classe, reconhecemos nossa condição enquanto proletários, passamos a entender a solidariedade na economia como resultado de um trabalho em conjunto e que a partir disso, passam a perceber esse sistema econômico como uma organização igualitária. Por isso,

A necessidade premente de uma “outra economia”, reside no fato de que convivemos numa sociedade naturalizada, cuja economia é a de mercado. Essa economia traz em seu seio a competição como elemento fundamental. A competição é um fenômeno que tendencialmente produz efeitos não muito agradáveis. Ela polariza na sociedade dois agrupamentos: os que podem dos que não podem, os que ganham e os que perdem, dentre tantas outras categorias de agrupamentos humanos polarizados. A recorrência dos fracassos individuais leva à formação de grupos de excluídos, posto que a

sociedade que se almeja não comporta perdedores. (BERGONSI; STOLTZ, 2014, p. 351)

Dessa forma, quando pensamos que todas as cooperativas geram lucros iguais e que podem dar certo, esta é uma alternativa equivocada, não fazendo sentido. Até porque essas questões envolvem fatores da administração, nas práticas de redistribuição dos valores, nas estratégias tributárias e de crédito, muitos elementos que requerem administração sofisticada. Logo, pensando em alternativas para possíveis quedas de algumas cooperativas, uma solução seria a redistribuição do valor de quem ganha para quem perde, utilizando dos impostos ou até mesmo dos créditos.

Assim, nesse sistema mesmo que de forma organizada e solidária, o poder público em certos momentos estaria atuante, especialmente para as cooperativas que não chegam no rendimento perto do mínimo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: APONTAMENTOS

Já no primeiro momento da Revolução Industrial, o termo economia solidária passa a circular na sociedade europeia. Com a chegada do carvão a vapor, posteriormente petróleo e gás, muitos trabalhadores perderam seus empregos e foram substituídos por essas tecnologias da época.

A redução da mão de obra colapsou o sistema econômico, uma vez que passamos a ter trabalhadores desempregados e dificuldade dos mesmos se alinharem a nova era da tecnologia industrial.

No âmbito da revolução industrial europeia, no início do século XIX, a economia solidária se manifestou nas lutas históricas de trabalhadores(as), materializadas sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL 2010).

De acordo com Anabela Silva Marques Duarte Fonseca Aleixo (2015), esse movimento econômico que precisou surgir devido a precariedade do sistema de trabalho e das práticas do capitalismo, também ficou conhecido como uma *economia social – associativismo pioneiro*, uma tentativa de reagir ao sistema da época.

No mesmo período do século XIX, na tentativa de driblar a crise, Robert Owen ganha destaque ao criar dentro do setor têxtil, empreendimentos *cooperativos woenistas*, que foi

pensado para atravessar a crise econômica do período, mas que influenciou outros setores, perpetuando na Inglaterra e Estados Unidos.

Nesse período do século XIX que a escravização era predominante, Robert Owen - fundador do cooperativismo não aceitava trabalhadores mirins em suas fábricas, diminuiu o horário de trabalho, além de pensar alternativas para atuar ao sistema capitalista, já que o capital continuava passando pelo dinheiro, mas sem deixar de ser um sistema justo. Ao oferecer melhores condições de trabalho, Robert Owen passa a obter maior lucratividade, além de se tornar modelo filantropo, sobre como investir nos assalariados gerava maiores lucros.

De acordo com Paul Singer (2002), uma das primeiras cooperativas criadas baseadas nos princípios defendidos por Robert Owen foi organizada por George Mudie, uma associação de jornalistas e gráficos que habitavam em Londres, que se organizaram para lucrarem de igual a partir das suas atividades profissionais. The Economist nos anos de 1821 e 1822 foi o primeiro jornal considerado cooperativo. Ainda criaram a London Co-operative Society, mas a cooperativa foi desfeita após os integrantes desistirem da ideia da economia solidária com princípios coletivos.

As ideias e princípios cooperativos de Owen já tinha ganhado adeptos, inclusive do movimento sindical através da classe trabalhadora. John Doherty foi um dos nomes que tomou a frente através do setor sindical para lutar em prol dos trabalhadores. De acordo com Cole (1944), agora os trabalhadores em muitas situações que não conseguiam resolver os conflitos com os empregadores, passaram a fazer frente com eles em termos de mercado, aderindo à produção cooperativista. Assim,

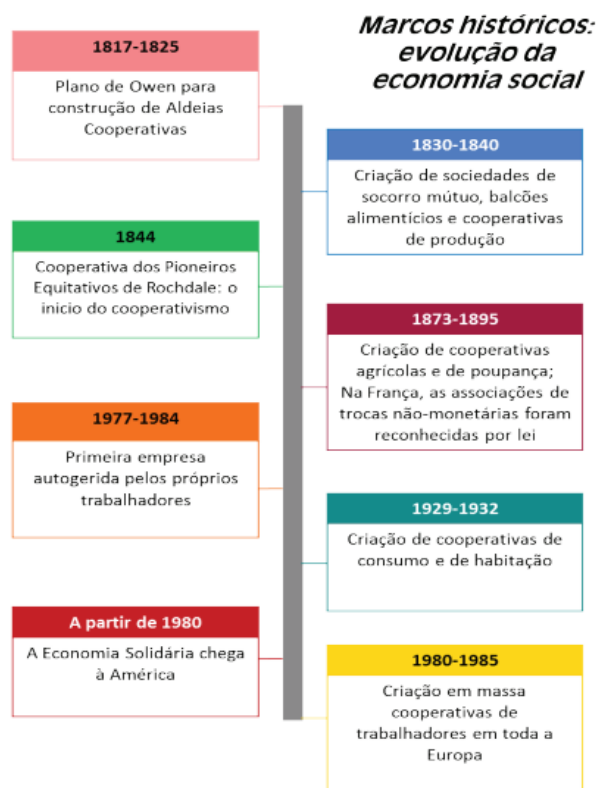
Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria. [Cole, 1944, p. 24]

Mesmo com todos os desdobramentos que o cooperativismo operou principalmente na relação empregadores e empregados, a luta sindical, a disputa de mercado através das classes, a ideia principal ainda era ser uma alternativa frente ao sistema capitalista, recolocação mercado de trabalho, sistema trabalhista mais justo, trabalhadores organizados.

Paul Singer explica que:

Em épocas de recessões freqüentes e de revolucionamento tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção. Por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para, em seguida, desaparecer. (SINGER, 2001, p.108)

Noëlle Marie Paule Lechat (2002) apresenta em seus escritos, vários marcos da economia solidária partir de 1840, como estratégia social e econômica na Europa para pensar a sociedade. Dessa maneira atuavam por meio de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção. A imagem a seguir resume os marcos da economia solidária a partir do século XIX e seu percurso.



Fonte: Noëlle Marie Paule Lechat (2002) & Paul Singer (2002)

O assunto em torno do conceito economia solidária em terras brasileiras também foi resultado do surgimento do cooperativismo de consumo, já que estavam ligadas ao comércio e precisavam recolocar os trabalhadores em situações atuantes de serviços, essas questões lá atrás, no segundo reinado, período colonial. No entanto, com população leiga e sem acesso a teoria, a ideia não disseminou como na Europa.

No Brasil, o termo ganha novamente destaque na década de 1980 a 1990 com algumas iniciativas econômicas de associações de pessoas que entendiam o conceito pautados na autogestão, solidariedade e cooperação.

Esse ressurgimento foi também devido questões da crise social econômica da época. De acordo com Schiochet (2009), nesse período, a sociedade brasileira passava por um “atraso” econômico e pelo processo de acumulação capitalista.

A Constituição Federal de 1988 no artigo quinto passou a estabelecer que: “A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização”, dá a oportunidade de estimular uma possível economia apoiada pelo Estado. Mas, é no ano de 2001 que vamos ter o primeiro Fórum Mundial Social, estabelecendo normas e diretrizes, através de movimento social organizado através de indivíduos, entidades, empreendimentos e associações para pensar a economia solidária.

O conceito de economia solidária, especialmente em governos populares ganha maior destaque. Foi no Governo Lula, que vamos ver ser criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na III Plenária Nacional de Economia Solidária junto ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), e a Política de Economia Solidária

Assim, com o decorrer do tempo, a ideia passa se estruturar de forma mais organizada, atendendo setores sociais diversos como serviços informais, associações de produtores e consumidores, prestação de bens e serviços, cooperativas, sistemas de trocas locais e os bancos comunitários.

Esse sistema econômico é uma alternativa para garantia de emprego e geração de renda, visando indivíduos que por situações diversas e adversas não conseguem se (re) colocarem no mercado de trabalho, principalmente com a globalização e os avanços tecnológicos, sendo a mão de obra substituídas por máquinas.

Dessa maneira, é importante termos uma alternativa social, política e econômica que garanta esse trabalhador ou empreendedor uma reintegração no mercado, e acima de tudo, transforme esse indivíduo trabalhador em um sujeito humanizado, transformador da realidade a partir da solidariedade, cooperação, justiça social e transparência.

Com isso, vamos ter algumas maneiras diversas de entender como a economia solidária se estabelece na sociedade, a partir de estudo de alguns autores. O modelo de economia solidária é uma das alternativas de sobrevivência, produção e consumo, partir dessa rede, é possível obter desenvolvimento nas esferas econômica, cultural, social e política, atendendo principalmente as classes populares.

Genauto Carvalho França Filho (2008) apresenta a economia solidária como atividades voltadas para a produção, comercialização, crédito e também de prestação de serviços, tendo como agentes mais especificamente, grupo ou coletivos populares.

De acordo com FRANÇA-FILHO (2014, p.55) a economia solidária,

para além do princípio da troca mercantil, deve-se reconhecer ainda a importância das lógicas redistributistas, enquanto mecanismos econômicos não baseados na troca mas na transferência direta de recursos que se assenta numa estrutura de arrecadação e redistribuição baseado numa figura institucional central (como no caso da ação do estado na modernidade); assim como das lógicas reciprocitárias características das relações de proximidade que permite a mobilização importante de recursos não monetários vitais a sobrevivência de grupos e pessoas em diferentes realidades sociais.

É preciso entender que a economia solidária tem seu funcionamento pautado em sistemas de decisões coletivas, mas de forma organizada, definindo as maneiras de funcionamentos, as atividades produzidas, sua distribuição, bem como função de crédito pensando o indivíduo.

Dessa maneira, surgem as associações, cooperativas, empresas autogestionárias, fundações, organização não governamental, organização da sociedade civil de interesse público, organizações sociais.

A economia solidária compreende diferentes tipos de 'empresas', associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social (SINGER 2002)

Logo, quando pensamos a economia solidária, estamos tratando da valorização dos indivíduos, respeitando suas identidades e individualidades dentro de um coletivo, na busca pela cooperação na produção de bens ou prestação de serviços, garantindo um trabalho em condições de igualdade de direitos, justiça social e democracia.

HISTÓRIAS DE VIDA

Conhecida por áreas proibidas, a Zona da Mata mineira tinha caminho que foi utilizado pelos contrabandistas para desviar o ouro da colônia na chegada no Rio de Janeiro. Com a crise da mineração na região central, a Zona da Mata mineira passou por um rearranjo populacional, fazendo com que muitas famílias migraram para esse lugar de pastagens, mas com terras férteis,

propício a recomeçar a vida. No entanto, os puris das tribos dos coroados que eram habitantes nativos, passaram a desaparecer, com a chegada dos homens brancos.

É contado na cidade, que o Peitudo foi um dos primeiros habitantes a residir no povoado, perto do Feijão Cru, próximo às habitações dos puris. No entanto, não se tem certeza do nome do primeiro habitante da atual cidade de Leopoldina. Famílias como os Monteiros de Barros, os Lacerdas e Netos foram nomes que se consolidaram na cidade, através das doações de sesmarias, estes construíram suas redes de sociabilidades.

Além de trazerem suas famílias, os novos integrantes do povoado contavam com a mão de obra dos escravizados que com a força de trabalho, garantiam estabilidade econômica e prosperidade para esses senhores.

(...) homens livres e empreendedores, muitas vezes acompanhados de suas famílias, desbravaram e se apossaram das terras da região fronteira da Zona da Mata mineira, enfrentando alguns obstáculos imprevisíveis, postos pela natureza e pela resistência indígena, e fixaram residência na localidade, dedicando-se a várias atividades econômicas, sendo as principais: agricultura, mineração e comércio.(ALVES, 2014, p.17)

A demanda do café foi importante para o aumento populacional da Zona da Mata mineira, além de possibilitar contato de troca com a região do Vale Paraíba Fluminense. No entanto, o café não foi o único produto a permitir lucros a economia mineira, vamos ter outros grãos como milho e arroz.

Merece destaque também a lenda do Feijão Cru. No início do século XIX, alguns tropeiros chegaram no povoado de Leopoldina, e acabaram por fazer acampamento perto de um córrego em uma clareira. A fim de se aquecerem, espantarem os animais e cozinharem, os tropeiros decidiram acender fogo.

Colocaram feijão para cozinhar e saíram para desbravar o povoado. Nesse meio tempo teve uma chuva e apagou o fogo, deixando feijão cru. Quando voltaram já que não tinha como aproveitar, jogaram feijão no córrego, daí a origem do nome do ribeirão que corta a cidade.

Na segunda metade do século XIX, Leopoldina foi a segunda província mineira com maior número de escravizados. Mais tarde, com a abolição da escravatura, Leopoldina foi uma das últimas cidades a romper com o sistema escravocrata. Todavia, a população negra escravizada, devido a precariedade continuaram nas fazendas ou a ocupar de forma insalubre, as periferias do município.

Atualmente, a cidade tem número populacional habitacional formado por negros, entretanto, os resquícios de uma sociedade imperial racista ainda são uma constante. Por isso, é perceptível por exemplo, que crianças negras não são percebidas na bolha do que se entende por infâncias. Ainda vamos ter uma cidade que não pensa a negritude, imbricada nas violências, demonstrando a quem serve a dinâmica das garantias de direitos.

A população negra em Leopoldina ainda são corpos descartáveis, uma vez que não existe reconhecimento de suas identidades. Prova disso, é a *Festa do Imigrante Italiano* que acontece no mês de maio, desde 2018. O evento vem como forma de reviver as tradições culturais e gastronômicas das famílias descendentes de italianos, resgate da história e memória.

Todavia, até a chegada de alguns desses imigrantes para trabalharem remuneradamente e conquistarem terras em Leopoldina, o povoado foi construído com o suor e mão de obra dos escravizados negros, que foram depois escorraçados das fazendas, reforçando a ideia de marginalização.

Mesmo com as lutas e organizações dos movimentos negros e antirracistas na nossa sociedade, ainda vamos encarar os discursos de constituições familiares heteronormativas, pautadas em padrões da branquitude, que marginalizam famílias negras, que quase sempre são consideradas desestruturadas. Uma família de negros apresenta estereótipos que a sociedade já incutiu na mentalidade de muitos.

O empreender para a minha família enquanto negros, foi uma oportunidade de fugir a lógica da servidão, mas que isso só ocorreu depois dos meus pais estudarem todos os filhos. O trabalho fixo de carteira assinada, mesmo que para isso venha as submissões e humilhações, ainda é entendido como garantia. O que não nos perguntamos é a que custo.

Hoje, a renda especialmente da minha mãe é resultado do empreendimento de produtos de limpeza que ela produz. A ideia surgiu a partir da minha mãe Marilis Aparecida de Oliveira Cruz Ferreira. Uma dona de casa que viu uma oportunidade de empreender a partir de algo que ela já fazia.

Com a impossibilidade de trabalhar fora do ambiente doméstico, a chance era empreender sem precisar sair de casa todos os dias. Com poucos recursos, viu na possibilidade dos produtos de limpeza, uma maneira de alcançar as trabalhadoras domésticas, as donas e donos de casas e também trabalhadores de serviços pesados, além de conscientizar a população leopoldinense sobre a importância de descartar o óleo usado de forma correta.

Dessa maneira, ela fideliza o público porque os produtos além de sustentáveis tem preços acessíveis, ela também adquiriu sua fonte de renda e uma recolocação no mercado de trabalho.

A Saboaria Artesanal Ecológica surgiu em 2019 e os produtos eram entregues a domicílio e vendidos na Feira do Artesão da respectiva cidade. Nesse período, tudo ainda era muito superficial. No entanto, pouco tempo depois veio a pandemia e aconteceu a necessidade de adaptar ao nosso modelo de mercado do momento.

O primeiro passo foi planejar o que faríamos. Agora era tudo ou nada. Precisamos investir maior tempo para aprimorar os produtos e investimos nas redes sociais. A estética dos produtos ganhou outra roupagem, ampliamos as variedades dos sabões sólidos, passamos a produzir sabão em pó, pasta de brilho e os multiusos.

Nesse período, criamos uma rede social e passamos a trazer nas postagens dicas do impacto dos nossos produtos de limpeza para a praticidade dos serviços domésticos. Nosso público expandiu, conseguimos fidelizar os clientes mesmo em período de crise e mantemos nosso lucro.



Rede Social Instagram da Saboaria Artesanal Ecológica

Em 2022 voltamos para a Feira do Artesão já com o nosso público fidelizado da internet, mas conseguimos voltar a acessar o público mais velho que são as pessoas que não estão nas redes sociais. As redes sociais geraram impacto para além da nossa cidade o que permitiu disponibilizar produtos nas lojas da Shopee. Hoje, já chegamos em diferentes cidades e estados: São Thomé das Letras, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Roraima, São Paulo e Espírito Santo.



Participação da Saboaria Artesanal Ecológica na Feira do Artesão em Leopoldina - MG

Mesmo com nosso empreendimento, a cidade de Leopoldina ainda não está preparada para discutir questões da economia com a população preta e pobre. Não enxergam em nós empreendedores, capazes de fomentar o sistema econômico da cidade. No entanto, também não nos empregam nos espaços que somos capacitados.

A lógica de um sistema imperial ainda é presente, prova disso é ainda termos uma rua intitulada Barão de Cotegipe, fazendo alusão ao fazendeiro com maior número de escravizados da cidade com sinônimo de poder. A referência de uma cidade oitocentista se reflete na forma de tratamento, nos lugares em que as pessoas ocupam e nas redes de sociabilidades.

ENTENDENDO O CONTEXTO DA CIDADE DE LEOPOLDINA

A cidade de Leopoldina está situada na parte sul da Zona da Mata mineira, tendo seu surgimento no século XIX, devido ao rearranjo habitacional, econômico e político, resultados dos efeitos da crise da mineração. A ocupação da cidade de Leopoldina, assim como outras teve como características principais a fertilidade do solo e também as dimensões das pastagens. A partir disso, vamos ter a possibilidade da plantação e exportação do café em larga escala, a mão de obras de escravizados, que impactou o crescimento da economia.

Essa região da Zona da Mata mineira em que mais tarde Leopoldina irá se estruturar, era intitulada de Sertões. De acordo com Fadel David Antonio Filho (2011), entende-se sertões como espaço que não apresenta área definida ou por ser longe do litoral. Essa região não era um espaço totalmente desabitados, mas ausentes da civilização colonizadora e de atividades econômicas voltadas para o mercado.

Com isso, é por esse viés de espaço sem civilização, mas com características essenciais para estruturar a vida é que surge a cidade de Leopoldina, com forte potencial de desenvolvimento agrário, além de número considerável de mão de obra escravista.

Para a cidade de Leopoldina que pertencia ao termo de Barbacena, suas doações de terras datam de 1831, doadas para as figuras dos fazendeiros Francisco Pinheiro Lacerda e Joaquim Ferreira de Brito. No entanto, não existe uma afirmação concreta sobre seus primeiros habitantes e idealizadores. O que se sabe, conforme explica Mauro de Almeida Pereira (1999) é que a presença dos índios puris era marcante antes da chegada dos homens brancos.

No dia 27 de abril do ano de 1854, ocorreu a emancipação política através da lei de nº 666143, que ele elevou a Freguesia de São Sebastião do Feijão Crú, a categoria de Villa Leopoldina. Depois disso, no ano de 1861, após a visita de D. Pedro II, a villa passa a ser cidade de Leopoldina.

De acordo com o recenseamento do Império do Brasil, no ano de 1872, a população era em torno de 41.886 habitantes. Os habitantes eram formados por escravizados, trabalhadores de lavouras e que nessa segunda metade do século XIX, foram inseridos no plantio de café. Nesse período, foi uma das cidades da região com um dos maiores lucros.

De acordo com Nilza Cantoni (2018), além do café, produtos como açúcar, azeite, feijão, polvilho, queijo, toucinho, varas, galinhas e cavalos eram mercadorias que traziam lucros para as cidades. O caminho era feito a pé ou por animais de cargas.

O deslanchar econômico proporcionou um maior investimento, principalmente pensando a modernidade, nesse período, ainda da década de 1870, deu-se a construção da estrada de ferro, através da lei do decreto imperial de nº 4.976149. Essa ferrovia, aumentou significativamente os lucros. Conforme explica Edmundo Siqueira (1938), mais tarde, a cidade passa a ter dívidas devido a falta de gerenciamento para a estrada e segurança dos serviços proporcionados, sendo negociada com ingleses que a compraram intitulando-a de LEOPOLDINA RAILWAY COMPANY, LIMITED.

Nesse final do século XIX para início do século XX, vamos ter a chegada de imigrantes europeus, especialmente os italianos, para trabalho nas lavouras. Vamos ter a primeira usina hidrelétrica, no distrito de Piacatuba, além da chegada da energia elétrica. Nilza Cantoni (2014) faz referência também a primeira escola com curso técnico, oferecendo cursos voltados para áreas agrícolas, além de ensino superior na Escola de Farmácia e Odontologia, além do Banco Ribeiro Junqueira.

Nessas primeiras décadas do século XX, a crise cafeeira se instala em algumas cidades da Zona da Mata mineira, gerando impacto na cidade de Leopoldina, que agora passa a se efetivar economicamente na pecuária leiteira e também no plantio de arroz.

Hoje, o Município de Leopoldina é uma cidade com 52.690 habitantes (estimativa do IBGE para 202), localizada na mesorregião da zona da mata e microrregião de Cataguases, está a 322 km da capital do Estado. Atualmente sua economia se apoia na pecuária leiteira, no cultivo de arroz e no setor de serviços.

Leopoldina conta também com o turismo, tendo atrativos culturais, naturais e arquitetônicos, como a Catedral de São Sebastião, o Museu Espaço dos Anjos, o Museu da Eletricidade, o reservatório da Usina Maurício, o Morro da Cruzeiro e o distrito de Piacatuba, com o tradicional Festival de Viola e Gastronomia. O clima de Leopoldina é do tipo tropical com temperaturas média anual em torno de 21°C, invernos secos e amenos e verões chuvosos com temperaturas moderadamente altas.

Entre os anos de 1991 a 2000, a taxa de urbanização cresce consideravelmente, passando a cidade de Leopoldina ter concentração mais de 85%.

A Cooperativa Leiteira foi um dos pilares econômicos da cidade, através do leite e seus derivados, o que gerou empregos para boa parte da população. No entanto, no ano de 2019, depois de passar por diversas crises, o setor que era reconhecido pela implementação dos produtos primários, não conseguiu se manter no mercado. Outra rede que não se manteve no setor de serviços foi a tecelagem Aurora Têxtil, além da empresa de bebidas Coca Cola, sendo distribuidora mineira.

As empresas no setor de indústrias e serviços são as que atualmente empregam maior parte da população residente na área urbana. Aqui vamos ter a produção de têxteis, , alimentos, bebidas e as peças de vestuários. Mesmo com a falência da Cooperativa de laticínios, a pecuária leiteira, galináceos e suínos se desenvolvem a partir da agropecuária. Além disso, as terras são usadas para produção de arroz, milho, cana de açúcar e banana.

A cidade comporta um número considerável de pessoas que trabalham a partir da produção econômica familiar e artesanal. No entanto, um fator preocupante é que parte desses trabalhadores exercem suas funções na informalidade, impossibilitando em suma, a expansão dos negócios, principalmente em termos de gerenciamento. Muitas dessas atividades econômicas são características do perfil da cidade.

Dessa maneira, a produção desses produtos artesanais são: derivados dos laticínios como queijos, doces em compota e barras, produtos de origem animal como os embutidos, produtos de confecção como crochê, além de produtos como enfeites e peças de madeira.

EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LEOPOLDINA

A Economia Solidária de Leopoldina acontece através de alguns empreendimentos que se intitulam *Grupo de Ecosol Fazedores de Arte*, com início das atividades no ano de 2009, a partir do conhecimento dos princípios da Economia Solidária – democracia, solidariedade, autogestão, cooperação e geração de renda.

A forma de organização da equipe acontece através de um grupo informal, na qual o número de pessoas físicas associadas são 9, sendo 1 homem e 8 mulheres. Nos últimos 12 meses, esse número de pessoas se manteve na mesma proporção, sendo o artesanato a principal atividade econômica do grupo.

Como o grupo é informal, a comercialização dos produtos ou serviços acontecem em feiras de final de semana que existem no município de Leopoldina – Feira do Artesão, na Praça Félix Martins, onde além dos produtos do Grupo Ecosol Fazedores de Arte que são regidos pela economia solidária, também temos pequenos empreendedores da: alimentação, reciclagem, vestuários, decoração, produtos de higiene pessoal e limpeza, decoração, bem como cama, mesa e banho. Além disso, participam também de feiras em abrangência regional, estadual ou nacional.



Feira do Artesão- na primeira foto a responsável pela economia solidária em Leopoldina - Ana Paula

Esse grupo que é formado majoritariamente por mulheres, que lutam para ter renda, com suas produções através do artesanato que cada uma produz. A maioria das mulheres acabam não se encaixar no ramo formal do mercado de trabalho, seja por questões sociais e familiares, mas também pela exigência em algumas situações da falta do curso superior. Essas mulheres que compõem a economia solidária de Leopoldina de uma forma geral, perceberam na cooperatividade, uma maneira de produzir dentro de suas próprias casas para acrescentar na renda familiar, sem deixar de dedicar as suas famílias e criação dos filhos.

Nos últimos 12 meses, essas mulheres empreendedoras participantes da economia solidária não procuram nenhuma forma de crédito para suas produções. Muito dessa falta de procura está relacionada ao lucro, tendo em vista que o empreendimento possibilita uma renda por cada associado em torno de menos de 1 salário-mínimo.

Ainda é um trabalho muito sozinho, visto que elas não recebem nenhum tipo de apoio, assessoria ou capacitação. O que essas mulheres procuram fazer é participar de articulações através do Fórum de Economia Solidária. Entre elas, o grupo tem suas formas de participação dos membros na tomada de decisões dos empreendimentos através de um plano de trabalho e divisão de tarefas.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AMPLIAÇÃO DA NOÇÃO DE TRABALHO

O setor público nunca foi destinado às mulheres, atividades que exigiam tomadas de decisões e que possibilitavam renda, não era algo para as mulheres, salvo em casos de precariedade, essas assumiram funções trabalhistas como forma de complementarem renda nos seus lares.

Os resquícios da herança patriarcal, machista e de um Brasil colonizado, impôs que as mulheres deveriam ser preparadas para serem submissas aos homens, além de dedicação para o lar, matrimônio e maternidade. No entanto, esse padrão social não garante às mulheres visibilidade suficiente para a autonomia, continuando sobre a dominação masculina.

(...) a harmonização do lar à competência feminina e cria que a mulher tinha uma vocação natural para o amor, a ternura e o devotamento. Na visão dele, o devotamento feminino servia para fazer o homem feliz, tornando-o uma força eficaz e produtiva, um criador. Discursos como este contribuíram de maneira inequívoca para acentuar a divisão sexual dos papéis sociais nos espaços públicos e privados, nas tarefas e atividades cotidianas, nas relações de poder, no trabalho e nos momentos de lazer. (RODRIGUES, 2013, p.143)

Assim, fica perceptível que a sociedade percebe os indivíduos pelas diferenças sociais estabelecidas pelos sexos, se constituindo como espaço organizador. Dessa maneira, essas diferenças de gênero, passam a estabelecer desigualdades.

Por isso, para muitas mulheres a economia solidária tornou-se uma porta de entrada para romper com a invisibilidade, permitir o protagonismo e o resgate de suas identidades. Com isso, vamos ter algumas dessas mulheres procurando obter e gerar renda, mesmo que seja para garantir o próprio núcleo familiar.

A entrada no mercado de trabalho a partir da economia solidária possibilita além de ganho de experiência e fortalecimento de grupo de mulheres, promove contato com experiências significativas, que servem de inspiração, principalmente pensando questões de gênero. No entanto, não podemos deixar de pontuar que:

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproxima dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. [NOBRE, 2003, p.3]

Assim, para as mulheres, a questão econômica a partir da geração de renda por meio da coletividade possibilita o acesso a propriedade dos meios de produção e remuneração a partir da autogestão e democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária é um sistema econômico que garante uma opção para geração de emprego e renda, principalmente para população que está fora do setor formal ou quer ter a chance de empreender. Essa prática econômica que dialoga bem com o protagonismo da mulher frente às conformações da estrutura patriarcal, permite a reintegração dos cidadãos frente a um mundo globalizado.

A economia solidária, além de promover trabalho e renda é uma porta de inclusão social e coletiva dos produtos, bens e serviços. Essa visão econômica pautada na solidariedade permite também sociedade com melhores processos de democratização e sustentabilidade, pensando nos princípios da cooperação, coletividade, autogestão e qualidade de vida.

Na cidade de Leopoldina, a economia solidária através do *Grupo Ecosol Fazendeiros de Arte*, ainda é uma associação informal, mas que vem garantindo empoderamento identitário e econômico, principalmente das mulheres. No caso dessas mulheres, a economia solidária permitiu o empoderamento, colocando atuantes na sociedade, trabalho em conjunto e atuar nas tomadas de decisões dos empreendimentos, assim como das próprias vidas.

Vamos perceber um empoderamento social, econômico e até mesmo emocional/psicológico. No entanto, um dos fatores que precisa melhorar está relacionado a necessidade da regularização formal do grupo, como uma garantia de mais possibilidades, benefícios, bem como visibilidade. Além disso, ajuda de profissionais multidisciplinares qualificados para auxiliar nas propostas e encaminhamentos de empreendimentos e atuação

efetiva nos espaços de direitos para conseguir a autonomia em atuar como integrantes da sociedade econômica leopoldinense.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. Da economia social para a economia solidária. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 29 de jun de 2023.

ALVES, Romilda Oliveira. A conquista e a expansão da fronteira: Zona da Mata Mineira (1808-50). (orgs.): SOUZA, Jorge Prata; de ANDRADE, Rômulo Garcia (Orgs.). Zona da Mata Mineira: fronteira, escravidão e riqueza. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra sertão: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica). Ciência geográfica, v. XV, pp. 84-87, 2011.

BERGONSI, Sandra Suely Soares; STOLTZ, Tania. Economia social ou economia solidária? Sobre os fundamentos do movimento cooperativo popular no Brasil. Cadernos Gestão Social, v. 5, n. 2, p. 356, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/download/339/371>. Acesso em 10 de junho de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. II Conferência Nacional de Economia Solidária. Documento Base. Brasília: Senaes/MTE, 2010.

BRASIL. Livro da Lei Mineira, nº 666 de 27 de abril de 1854. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1854.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. v.1. p. 3 – 42. [19--]

CANTONI, Nilza. MACHADO, Luja. Pelos 164 anos de emancipação de Leopoldina: as exportações da produção do Feijão Cru. 2018. Disponível em:<<https://leopoldinense.com.br/coluna/1136/pelos-164-anos-de-emancipacao-de-leopoldina>>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

CAPRI, Roberto. Banco Ribeiro Junqueira e Praça General Osório, Leopoldina MG. In.: Nilza Cantoni. Estudos de História de Leopoldina. Disponível em: <<https://cantoni.pro.br/2012/06/21/banco-ribeiro-junqueira-e-praca-general-osorio/>>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

Cole, G. D. H. A Century of Co-operation. Manchester, Co- -operative Union Ltd., 1944.

ENERGISA MINAS GERAIS. Energisa: mais de um século de história. Arquivado do original em 31 de julho de 2013. Acesso em 08 de setembro de 2022.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SCHOMMER, Paula. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática; interações conceituais e possíveis decorrências em processos de Formação. In: Gestão Social: práticas em debate teorias em construção. Fortaleza: UFC/Impr. Universitária, 2008, p.62-83.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estado. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/leopoldina.html>. Acesso em 11 de setembro de 2022.

Leopoldina (MG). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 25. p. 450-456. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_25.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

NOBRE, Miriam. MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Antonio Cattani. A Outra Economia. Unitrabalho, Porto Alegre, 2003.

PEREIRA, Mauro de Almeida. Os Almeida, os Britos e os Netos em Leopoldina: Genealogia. 1ª edição eletrônica, 1999. 1ª edição física, 1966. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/412264248/Os-Almeidas-Os-Britos-e-OsNetos#fullscreen&from_embed>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

Recenseamento do império do Brasil, 1872.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso 1830 a 1890. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios, 2009.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. Soc. estado. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001.

SIQUEIRA, Edmundo. Resumo História de The Leopoldina Railway Company Limited. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Carioca, 1938.